

## **O IAPI de Belo Horizonte – entre proposta social e propaganda ideológica**

**Juliana Cardoso Nery**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo e Professora substituta da EBA-UFBA  
jcnery19@yahoo.com.br

Este trabalho visa compreender as ambíguas motivações e os princípios que regeram a construção do Bairro Popular, conhecido como Conjunto IAPI em Belo Horizonte, dentro das iniciativas modernizadoras da administração de Juscelino Kubitschek. Busca mapear o panorama político e o modelo estético que possibilitaram tal intervenção, assim como analisar a vertente ideológica em sua face silenciosa que cerca tal idealização. Dissimulado por um discurso de cunho social e progressista, o IAPI serve de instrumento para a remoção de uma população carente para dar lugar a um elemento de construção da imagem moderna de Belo Horizonte nos anos 40 no percurso que culminava no Complexo da Pampulha. Poderia uma tão grandiosa realização como a Pampulha ter como portal de entrada na avenida aberta para dar acesso a ela a maior favela da capital na época? A questão coloca em evidência a complexa ligação entre o movimento moderno no Brasil, a construção da imagem de uma nação progressista e a propaganda ideológica de uma classe dominante e seus políticos para marcarem e perpetuarem seu poder.

Palavras – chave: IAPI, ideologia, habitação popular.

This paper aims to comprehend the ambiguous motivations and the principles behind the construction of “Bairro Popular”, also known as IAPI Complex in Belo Horizonte, as part of the modernizing projects of Juscelino Kubitschek’s administration. Its goal is to analyze the political situation and aesthetic model that made this intervention possible, as well as to examine the silent ideological line that surrounded it. Dissimulated by a social and progressionist discourse, the IAPI Building was, in fact, an instrument for the removal of poor people to make way for an element that helped create the modern image of Belo Horizonte in the 40’s, in the path that led to the Pampulha Complex. How could such a grandiose project as the Pampulha have the biggest slum of the capital at its entrance? This question put in evidence the complex link between Brazil’s Modern Movement, a progressionist nation’s image construction and the ideological propaganda of a dominant class, represented by politicians, to create landmarks and perpetuate its power.

A prática de formulações e reformulações urbanas pelo poder público para que a cidade corresponda a um modelo pré - determinado não é recente; desde os primórdios da civilização que a arquitetura e o meio urbano são utilizados como instrumento e símbolo de uma ordem social dominante. Com a Revolução Industrial e o advento do capitalismo, essa prática passou a servir não só o poder como também os interesses econômicos e políticos, como coloca Foucault:

“Outrora , a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade , a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico – políticos.” (FOUCAULT, 1996:211).

A arquitetura, portanto, sempre foi instrumento do poder, imprimindo no espaço urbano os ideais, os valores e símbolos daqueles que detêm o domínio social. Sendo assim, ela serve como forma de imposição da vontade do poder, e como maneira de persuadir as massas dominadas de que aquela vontade, aqueles valores e aquelas condutas são o “melhor” para a sociedade como um todo, o que, raramente, corresponde à realidade.

Neste sentido a ideologia, entendida como *“elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social”* (CHAUI,1997:416), disseminada pela elite no poder, é fundamental para a legitimação da ordem vigente e das intervenções urbanas propostas por essa ordem. Impõe-se de maneira autoritária a vontade dessa classe dominante e incute-se na parte dominada a idéia de que o “melhor” está presente na dita “cultura de elite”<sup>1</sup>, portanto o modelo a ser seguido. Cultura essa considerada como *“ordem simbólica por cujo intermédio homens determinados exprimem de maneira determinada suas relações com a natureza, entre si e com o poder, bem como a maneira pela qual interpretam essas relações”* (CHAUI,1993:45). Aceitos ou impostos tais valores, o poder passa a intervir na cidade para concretizar seus ideais e criar marcos de seu domínio.

A imposição da vontade do poder, concretizada no meio urbano, é mais explícita e mais efetiva nos regimes autocráticos. Esse fato ocorre visto que, em tais estruturas políticas as intervenções não podem ser contestadas por não haver liberdade de expressão; não há limite ou empecilho de nenhuma ordem: institucional, político ou econômico; obedecem exclusivamente os desígnios do líder e as decisões são todas centralizadas; são realizadas em grande escala e de maneira violenta em relação à cidade e seus cidadãos, geralmente desprezando-se as preexistências e os valores tradicionais das comunidades; e finalmente buscam subjugar a imagem da cidade existente demonstrando a superioridade da nova realidade. Como exemplos pode-se citar: a Paris de Napoleão III, a Moscou de Stalin, a

---

<sup>1</sup> Ver discussão em CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

Roma de Mussolini, a Berlim de Hitler e muitos outros que os seguiram. Assim a arquitetura proporciona símbolos de grandeza, autoridade e poder político aos regimes e seus líderes. Todas essas grandes transformações têm como motivação a idéia de modernização, melhoramento da infraestrutura e da estética da cidade. Através desse discurso desenvolvimentista, os ditadores tentam mascarar seus verdadeiros propósitos e legitimar estas “cirurgias urbanas”, responsáveis pela modificação do caráter e da imagem das cidades em busca do progresso e do futuro.<sup>2</sup>

A exemplo destas grandes intervenções urbanas, que concretizam um ideal do poder público no espaço urbano, o sítio onde se localiza Belo Horizonte foi por duas vezes remodelado. A primeira na fundação da cidade, quando o pequeno Curral Del Rei cedeu espaço para a implantação da capital do estado, transferida de Ouro Preto para a “Cidade de Minas”<sup>3</sup>. Sobre os escombros do antigo arraial, esboça-se uma cidade moderna, de avenidas largas, boa infraestrutura, mas carente de uma identidade, de uma completude, a princípio apelidada, pelo mais descrentes, de Poeirópolis.

Inaugurada solenemente a 12 de dezembro de 1897, *“a cidade, que até então custara aos cofres públicos 36 mil contos, não contava mais de quinhentas casas definitivas, umas mil e quinhentas cafúas, casas velhas e barracões provisórios, bem como uns dez mil habitantes”* (HARDY, 1946, 1:39).

A cidade passa a se desenvolver efetivamente a partir de 1922, segundo Abílio Barreto, com *“as ligações ferroviárias da Oeste de Minas e da Central do Brasil pelo Vale do Paraopeba”* (HARDY, 1946:39). As casas ecléticas, erguidas nas primeiras décadas na capital, seguiam a influência da *École des Beaux-Arts* e configuravam a paisagem dos primeiros anos da capital (BORGES, In:CASTRIOTA, 1998). No entanto, *“sua face eclética, ainda que de remanência oitocentista, tem uma aura moderna, e a busca de uma identidade com o moderno é que dará a tônica do desenvolvimento da cidade em seu primeiro século de existência”* (ÁVILA, 1997: 170).

A segunda grande intervenção aconteceu quando a cidade provinciana ganhou ares de metrópole, na década de 40, durante a administração do prefeito Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte mais uma vez antecipa em sua imagem, um projeto, cuja realidade só se

---

<sup>2</sup> Ver discussão sobre os regimes autocratas e as reformulações urbanas em CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchôa. **Urban reconstruction and autocratic regimes: Ceausescu's Bucharest in its historical context.** E & FN Spon Planning Perspectives, 1997, n° 12, pp. 71-109.

<sup>3</sup> Primeiro nome dado à nova capital mineira projetada pelo engenheiro Aarão Reis.

efetivaria algumas décadas mais tarde, como aconteceu em sua implantação<sup>4</sup>. JK imprimiu ali seu ideal de cidade moderna. Ideal este que anos depois gerou a nova Capital do País.

“A posterior construção da cidade moderna por excelência \_ Brasília \_ representou a continuidade de um projeto menor de modernização urbana, iniciado em Belo Horizonte, com as mesmas personagens” (MIRANDA. In: SOUZA, 1998: 25).

A capital mineira foi se renovando e com pouco mais de cinqüenta anos já era outra cidade. Tornara-se completamente diferente da “Poeirópolis” dos idos de 1897, substituindo o que considerava velho, legitimando tudo aquilo que significava progresso, desenvolvimento, modernidade, enfim, aquilo que assegurasse seu caráter moderno, o que nem sempre era tido como positivo. Como lamentou Drummond, com a mudança da livraria Alves<sup>5</sup> da tradicional Rua da Bahia: *“Cada vinte anos nasce uma cidade nova dentro daquela que vivíamos...”* (DRUMMOND. In: BOMENY, 1994:59).

É nos anos 20 que surgem os primeiros modernistas mineiros, um pequeno grupo de jovens universitários que se articulavam em torno de dois periódicos: “A Revista”, editado a partir de 1925; e “Leite Criolo”, lançado em 1929. “A Revista”, alcançou maior destaque no cenário cultural da época, reunindo nomes com Alberto Campos, Gabriel de Rezende Passos, Gustavo Capanema, João Pinheiro Filho, Mario Casassanta, Milton Campos, Pedro Nava, entre outros; liderados por Carlos Drummond de Andrade. O “Grupo do Estrela”<sup>6</sup>, como eram chamados, buscavam combater, nas palavras do próprio Nava, *“as tradições tumultuares”, os ‘espantalhos acadêmicos’, o passado que nem um apenas museu. Queríamos-lo sempre forte e inspirador do presente e como tanto, delineador do futuro. Renegávamos a ação separadora dos regionalismos – que víamos com maus olhos”* (NAVA. In: BOMENY, 1994:71).

Esses intelectuais, vindos de outras localidades mineiras, como a maioria dos habitantes da nova cidade, buscavam a experiência da moderna capital, da liberdade que ela inspirava, e acabaram por construí-la; tiveram papel fundamental na criação de uma identidade para a cidade a pouco construída, delinearam a ‘civilitas’ da ‘urbs’ já criada<sup>7</sup>. Belo Horizonte, nesta época, era uma cidade muito provinciana, a comunidade universitária era pequena *“e todos eram mais ou menos amigos ou então se conheciam de vista”* (KUBITSCHKE, 1974, V.1:81). Importantes nomes da cultura e da política mineira, e posteriormente nacional, cursavam

---

<sup>4</sup> Ver discussão sobre a construção da cidade como antecipação de um futuro que responderia à modernização do estado em BOMENY, Helena. **Guardiães da Razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

<sup>5</sup> A livraria Alves era um dos principais pontos de encontro dos intelectuais mineiros na década de 20. Situava-se à Rua da Bahia, local de referência para a cultura belorizontina nas primeiras décadas da capital.

<sup>6</sup> O nome Grupo do Estrela se deve ao nome do café no qual se reuniam – Café Estrela.

<sup>7</sup> Ver discussão mais aprofundada sobre os modernistas mineiros na década de 20 e o papel destes na definição da identidade belorizontina em BOMENY, opus cit, 1994.

faculdade na capital nos anos 20, como por exemplo: Olavo Bilac, Gabriel Passos, Antônio Vilas Boas, Abgar Renault, Juscelino Kubitschek, Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade, além dos já citados a cima entre outros. Uma nova elite intelectual “*responsável pela modernização política e literária em Minas*” (RIBEIRO, 1987:57) surgia.

Na década seguinte, com o crescimento exacerbado da população, que passa de 13.472 habitantes em 1900 para 116.981 em 1930 (HARDY, 1947:25), e o desenvolvimento econômico da cidade, os problemas urbanísticos se agravaram. Principalmente, aqueles ligados à articulação entre o núcleo urbano circulado pela avenida do Contorno e a cidade que se materializou na zona suburbana através de loteamentos não regulamentados (GOMES & LIMA, 1999). O poder público se viu obrigado a solucioná-los. A arquitetura e o urbanismo ganham maior espaço na cidade, primeiramente com a abertura do curso de arquitetura na Universidade de Minas Gerais em 1930, depois com a criação de uma Comissão Técnica Consultiva da Cidade em 1934; que dentre as cinco subcomissões em que se dividia, uma era de arquitetura e urbanismo (GOMES & LIMA, 1999). Durante este período a arte moderna também começou a marcar presença no cenário cultural belorizontino. A exposição de arte moderna do Bar Brasil em 1936 reuniu os melhores trabalhos de artistas mineiros, sendo a primeira mostra coletiva de arte moderna no estado. Apesar de muitas críticas, a exposição aconteceu nos dois anos seguintes, sendo reaberta em 1944, em âmbito nacional, dentro do projeto cultural da administração de Juscelino. Configura-se aí um quadro favorável a entrada das concepções modernas na arte e arquitetura da cidade que permitiram o acontecimento de importantes expressões do movimento modernista como o conjunto da Pampulha. Mesmo não sendo unanimidade (e a espera de 17 anos para a consagração da Igreja de São Francisco na Pampulha<sup>8</sup> é uma prova disso) essa linguagem foi aos poucos permeando o imaginário da cidade e transformando sua paisagem.

No final dos anos 30 e princípios da década de 40, a cidade passa por um grande processo de modernização. A abertura de novas avenidas possibilitou a união do centro com a periferia e promoveu o desenvolvimento urbano. O comércio e a indústria se expandiram, surgiram as primeiras casas bancárias mineiras. “*Belo Horizonte começa a viver o clima de cidade grande*”. (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte,1989:18) A administração do prefeito JK foi a grande responsável pelo surto de desenvolvimento e transformação da cidade neste período, nem tanto por propostas novas para o meio urbano e sim pela concretização de propostas já existentes anteriormente.

---

<sup>8</sup> Ver discussão sobre o dilema da consagração desta igreja e o impacto da arte moderna na tradicional sociedade mineira no texto “**A batalha de Pampulha**” em FABRIS, Annateresa. Fragmentos Urbanos:representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

Os anos trinta são fundamentais para o entendimento do processo de rápida transformação do espaço urbano de Belo Horizonte, pois foi neste período que estudos e propostas foram elaborados para resolver os inúmeros problemas causados pelo crescimento da cidade. Um dos principais esforços neste sentido, foi apresentado pelo Engenheiro Lincoln Continentino com seu Plano de Urbanização para Belo Horizonte de 1935. Este plano não foi completamente implementado, mas muitas de suas propostas foram utilizadas pelos prefeitos daquele período, inclusive Juscelino Kubitschek, a partir de 1940.

Dois prefeitos da cidade têm papel fundamental nesse processo de transformação de Belo Horizonte. O engenheiro Otacílio Negrão de Lima que foi prefeito da cidade nos períodos de: abril de 1935 a abril de 1938 e dezembro de 1947 a dezembro de 1951. Como engenheiro entendia bem os problemas urbanos ligados ao transporte e à infra-estrutura e, além disso trabalhava na área de construção, portanto bastante ligado às questões do mercado imobiliário. Será justamente em sua gestão que surge o primeiro arranha-céu e o primeiro plano de urbanização para a cidade como um todo, em busca de resolver os problemas do crescimento da cidade. O outro foi Juscelino Kubitschek, médico que via a cidade como um corpo doente que deveria ser tratado. Seu mandato vai de abril de 1940 a fevereiro de 1945.

Quanto à política urbana de ambos, pode-se notar uma continuidade, baseada no mesmo discurso progressista e positivista, de crença no poder da técnica e da razão. Desenvolvimentistas, viam nos arranha-céus um símbolo da grande metrópole que deveria vir a ser a capital mineira. Essas administrações possuíam políticas urbanas expansionistas e caracterizaram uma continuidade no tratamento dos problemas urbanos. No entanto as intervenções ainda eram isoladas sem uma proposta efetiva para o todo, já que o plano de Continentino não foi integralmente seguido. Iniciativas como as construções da Cidade Industrial e da Cidade Universitária marcam essa vertente, que buscava expandir e desenvolver a cidade. A crescente industrialização da economia de Belo Horizonte, que passa de 483 estabelecimentos industriais em 1936 para 1.228 em 1946, contabilizado um aumento real de 154% dos estabelecimentos e 710% do valor da produção em dez anos, também confirma a forte tendência industrialista da política urbana belorizontina (HARDY, 1947). Dentro desse cenário, a construção do IAPI, torna-se um marco importante como uma das poucas iniciativas de caráter moderno voltadas à solução dos problemas de habitação social na cidade.

### **A condição política**

O início da década de 40 foi um período de apreensão mundial, a Europa passava por sua II Grande Guerra. Mesmo tentando manter a neutralidade e posteriormente entrando na Guerra do lado dos Aliados, o governo de Getúlio Vargas tinha uma postura totalitarista que

se identificava com a vertente autoritária dos países do Eixo. O Estado Novo demonstrava uma completa incompatibilidade entre suas relações internacionais e sua conduta interna. O país vivia sob vigilância e censura. Os estados eram governados por interventores, indicados pelo próprio ditador.

Neste cenário Juscelino, um democrata, foi indicado para ser prefeito de Belo Horizonte e assumiu o cargo confiante nas palavras do Governador de Minas na época, que afirmava que o governante da nação iria redirecionar sua conduta: *“Vamos caminhar para a democratização. Getúlio virá a Minas e irá abordar este tema em discurso que aqui pronunciará”* (VALADARES. In: KUBITSCHKEK, 1974, V.II:17).

No entanto a realidade se mostrou contrária à democratização e o chefe do governo nacional continuou mantendo seu regime autocrata.

Belo Horizonte, então, apresentava uma estrutura, a primeira vista contraditória: um prefeito de pensamento democrático dentro de um regime totalitarista. Porém essa situação foi apenas aparente, a verdadeira contradição se encontrava entre o discurso e os modos de ação de JK. Se por um lado o prefeito buscava reduzir a burocracia e democratizar as práticas administrativas, por outro impunha sua vontade, centralizava todas as tomadas de decisão, controla e fiscalizava pessoalmente toda sorte de intervenção na cidade.

Quando JK assume a prefeitura, o governador Benedito Valadares não se encontrava na capital. Juscelino recebeu apenas um comunicado para terminar a Av. do Contorno para que o chefe da Nação pudesse inaugurá-la em sua passagem por Belo Horizonte (KUBITSCHKEK, 1974, V.II).

Ao se colocar a par da situação do município, o prefeito se deparou com uma cidade sem verbas, quase estagnada no tempo. A ordem era que ele apenas ocupasse o cargo, não fizesse nada, não propusesse nenhuma alteração no lento funcionamento da capital, *“fizesse número”* somente (KUBITSCHKEK, 1974, V.II).

No entanto, Juscelino revolucionou a prefeitura, resolveu transformar sua administração em algo efetivo, frutífero. Segundo ele, sentia uma gratidão pela cidade que lhe tinha acolhido e se via no dever de fazer algo a seu favor <sup>9</sup>. Na realidade, JK era um político arrojado, desenvolvimentista<sup>10</sup>, adepto do progresso, que fez da prefeitura de Belo Horizonte o

---

<sup>9</sup> Depoimento presente em sua autobiografia. KUBITSCHKEK, Juscelino. **A Escalada Política – Meu Caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1978, vol. 2.

<sup>10</sup> Juscelino fazia parte da articulação política do Estado Novo, visto que foi indicado por Benedito Valadares para a prefeitura da cidade e já havia ocupado o cargo de Chefe da Casa Civil de Valadares, quando este foi nomeado interventor do estado. Tendo em vista o regime autoritário que se impunha no Brasil sobre o comando de Getúlio Vargas, apenas aqueles que compartilhavam o projeto de industrialização e conseqüente desenvolvimento do país do chefe da nação brasileira estariam no poder naquele momento.

trampolim para sua carreira política, e não poupou esforços para torná-la uma capital “moderna” em todos os aspectos.

Para concretizar seus planos, Juscelino teve que encontrar maneiras alternativas para gerar recursos e realizar as obras, visto que a prefeitura se encontrava praticamente falida. Levantou empréstimos usando seu prestígio pessoal, buscou soluções alternativas, como por exemplo os burros e carroças<sup>11</sup> que possibilitaram o asfaltamento da Av. Afonso Pena. Deu enfim dinamismo à sua administração.

Apesar da amizade pessoal entre o governador e o administrador municipal, a relação entre eles em alguns momentos se tornou difícil, afinal Benedito Valadares estava acostumado a ser obedecido. Juscelino porém era irredutível em suas determinações, apesar de ser um homem conciliador. Caso o governador não concordasse com suas iniciativas estava disposto a renunciar o cargo, o que de certa forma já espelha um ímpeto autoritário e ideológico.

Uma idéia era comum entre eles “(...) a cidade havia parado no tempo. Conservara-se, sendo um jardim, esquecida de sua finalidade como capital.” (VALADARES. In: KUBITSCHKEK, 1974,V.II:27). Era necessário modernizá-la. Assim, o governador achou por bem não interferir na administração municipal.

Juscelino não se detinha à frente de nenhum obstáculo, queria sua vontade realizada. Encarregou-se de resolver ele próprio todos os problemas e não se deixava incomodar por seus opositores, conferindo assim uma postura imperiosa frente à prefeitura municipal. “Tinha um objetivo em mente e, para realizá-lo, estava disposto a enfrentar toda sorte de aborrecimentos.” (VALADARES. In: KUBITSCHKEK, 1974,V.II:29).

Seu modelo de metrópole moderna, inspirado na capital francesa, onde fez seu curso de especialização em urologia em 1930, iria se tornar realidade, sua vontade seria concretizada. Foi em Paris, onde morou por três meses que Juscelino se tornou amigo de Portinari, e juntos freqüentavam bares e museus.

“Os aspectos de Paris que eu mais desejava conhecer não eram os exteriores (...). Ansiava – isto sim – por desvendar a cidade por dentro. Mergulhar na sua sedução própria. Tornar-me íntimo, enfim, da incomparável metrópole. (...) o que me atraía era o mundo caótico , paradoxal, surpreendente, que sobrevivia aos preconceitos e que tornava a miséria em motivo de criação artística.” (KUBITSCHKEK, 1974, V.I:100).

Sua ligação com a arte moderna não vem apenas de sua estada na Europa. Antes de sua partida, JK já era grande amigo de Pedro Nava, seu colega de faculdade, com quem compartilhava longas conversas (KUBITSCHKEK, 1974, V.I). Apesar de não fazer parte do

---

<sup>11</sup> Juscelino contratou cerca de 10 mil burros e carroças para executar o serviço necessário ao asfaltamento de ruas, visto que a prefeitura não dispunha de maquinário, nem de recurso para adquiri-lo.

grupo de intelectuais do Café Estrela, em parte devido à sua precária condição financeira, nos idos dos anos 20, que o obrigava a trabalhar para se manter, Juscelino não estava alheio às idéias dos modernistas mineiros, devido principalmente à sua ligação com Nava.

Juscelino era uma figura carismática e reunia duas características fundamentais para um político mineiro: o apreço a tradição e o arrojo da modernização. Aparentemente contraditórias essas características faziam parte de uma estratégia política conciliatória, de fundo ideológico, que permitiram que JK tivesse respaldo junto à população mineira e nacional, posteriormente. Essa postura também possibilitava uma atitude distinta frente às questões do passado, a ser conservado e do futuro, que deveria ser construído sob bases novas. Ao mesmo tempo em que buscava o desenvolvimento a todo custo, era boêmio e fazia questão de ir aos bailes, dançar e ter uma “boa prosa”, estava sempre atento a questão da memória e da cultura. A origem pobre, a ascensão social e a realização pessoal, o identificavam com as aspirações da população. Esse modo de ser o tornava mais próximo às pessoas, cativava multidões. Sua postura conciliadora reunia posições diversas em torno de sua pessoa e minimizava a ação de sua oposição. Sua imagem foi construída mesclando sorte e bom aproveitamento das oportunidades que lhe surgiam, estruturada sobre o sonho de liberdade e igualdade para todos, não se contrapunha efetivamente à elite dominante.<sup>12</sup>

“A permanência e divulgação de uma certa imagem de Juscelino Kubitschek de Oliveira, expressa pelo JK, carrega significado que supera o próprio indivíduo que lhe dá substância. Através dela, portadora simbólica da crença nos benefícios do progresso, sobrevive e persiste a vontade determinada de implantação de um projeto de modernidade almejada pelos setores políticos **conservadores** (grifo nosso) do País.” (SIMÕES. 1995:142)

Segundo Josanne Simões (1995) tanto a imagem como o discurso de desenvolvimento e modernidade igualitários de JK foram, na verdade, manipulados pela classe dominante que na época necessitava de uma roupagem nova para se manter no poder.

Se consciente ou por ingenuidade, não se pode afirmar ao certo, o fato é que Juscelino colaborava para a perpetuação da realidade existente, mesmo “enchendo os olhos” da população com seus feitos. Talvez seja essa a grande incoerência de sua pessoa, pregar o desenvolvimento para todos e ser representante da elite dominante, que mesmo sob novas configurações, mantinha o “status quo”. O Conjunto IAPI em Belo Horizonte visto em contraponto ao Conjunto da Pampulha, dada a magnitude e arrojo da segunda intervenção evidencia bem essa questão e reafirma a utilização da arquitetura na construção ideológica da carreira política de Kubitschek. *“Tôda época tem os seus símbolos, monumentos que definem e lhe compõem a imagem. JK o foi da sua”* (KUBITSCHKEK. 1974).

---

<sup>12</sup> Ver discussão em SIMÕES, Josanne Guerra. Sirênico Canto, Juscelino Kubitschek de Oliveira e a construção de uma imagem: 1932-1955. Belo Horizonte: dissertação de mestrado em história da FAFICH UFMG, 1995)

## O modelo estético

“Há uma fase na vida em que ‘somos gregos’, no dizer de Emerson. Apolínea ou dionisiacamente. Eu já havia ultrapassado esse período. Vivera-o, com intensidade, alguns anos antes, logo depois de formado, quando estivera na Europa. Mas a chama daquele ideal de beleza não se extinguiu de todo. Apenas se alterara na sua substância. Ao invés do classicismo ateniense, havia derivado para novas formas de estética, tão bem expressas pelo denominado estilo moderno. Daí a razão por que acompanhava, com o maior interesse, a revolução iniciada por Le Corbusier.” (KUBISTSCHEK.1974, VII:35).

JK se autodenominava um homem visionário, sempre inteirado com o mundo das artes e dos intelectuais, acompanhava a grande revolução artística que se colocava no Brasil naquele momento e há muito já se vivia na Europa e Estados Unidos. Via na arquitetura moderna a marca do futuro, uma arquitetura que rompia com os padrões do passado, representante de um tempo voltado para o amanhã.

Como médico sua postura frente à cidade assemelhava-se a postura dos CIAMS, que *“preconizavam cidades novas, vivas, organismos que precisavam ter explicitadas e planejadas suas funções para seu melhor controle e sobrevivência”* (SOUZA. In: CASTRIOTA, 1998:185). Assim os ideais positivistas do jovem prefeito, que via na técnica e nas novas concepções a solução para todos os problemas urbanos, convergiam diretamente para os ideais modernistas.

As novas formas da arquitetura moderna marcaram sua administração e a entrada de Belo Horizonte no contexto brasileiro como importante centro de produção arquitetônica. A mais ousada proposta do prefeito – a Pampulha; inseriu a capital mineira não só no cenário nacional como no internacional das grandes obras modernistas.

O professor Agache foi o primeiro a ser consultado sobre o destino do local, ao visitar o sítio, o urbanista não viu nada de especial e aconselhou Juscelino, na época Chefe da Casa Civil do governador do estado Benedito Valadares, a fazer dali um centro de abastecimento para a capital, uma cidade satélite<sup>13</sup>. JK, quando prefeito anos depois, não se conformou com aquela idéia dada pelo urbanista francês, queria fazer dali algo grandioso, inédito. A barragem da Pampulha, de 1936, já havia sido construída quando Juscelino promoveu, segundo ele, um concurso público para o complexo de lazer e turismo, porém o resultado não teria correspondido às suas expectativas. As propostas convencionais não seriam suficientemente arrojadas para concretizar a modernidade de sua iniciativa (KUBISTSCHEK.1974, VII:35). A existência deste concurso é um tanto duvidosa, visto que não foi encontrada nenhuma documentação sobre o evento, tendo como referência apenas

---

<sup>13</sup> A visita de Agache a Belo Horizonte, na realidade aconteceu na época que o urbanista esteve no Rio de Janeiro elaborando sua proposta para capital nacional e não no período em que Juscelino era prefeito, como parece estar sugerido na autobiografia de JK. Depoimento dado à autora deste trabalho pelo arquiteto e urbanista professor Radamés Teixeira da Silva.

o depoimento autobiográfico de JK<sup>14</sup>. No relatório da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte do exercício da administração de 1940 e 1941, não há nenhuma menção a este concurso e a proposta para o local é apresentada como um plano desenvolvido pela própria prefeitura da cidade.

“Com o duplo intuito de transformar a Pampulha num centro de vida ativa para os seus moradores e para a população da cidade e fazer aí um dos pontos de atração do turismo nacional e mesmo internacional, elaborou a Prefeitura um plano de obras não apenas de caráter monumental, mas ainda de valor urbanístico, turístico, social e esportivo. (...) No conjunto das construções já ali ultimadas, é o Cassino, sem dúvida, a que mais se destaca, tendo o seu projeto sido confiado a um dos mais competentes engenheiros nacionais, o dr. Oscar Niemeyer Filho” (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 942:40/41).



Fig. 1 – Igreja da Pampulha (1940/42).  
Fonte: Cartão Postal – Coleção Imagem Objeto 02



Fig. 2 – Casa do Baile (1940/42)  
Fonte TEXEIRA, 1999:205

Foi através de Gustavo Capanema, companheiro de jornada política, que Juscelino conheceu Oscar Niemeyer, um jovem arquiteto que deu forma ao seu mais grandioso sonho como prefeito de Belo Horizonte: O Complexo da Pampulha. A ligação de Juscelino e Capanema nunca foi propriamente de amizade. Se conhecerem, como todos do meio universitário da pequena Belo Horizonte, mas não possuíam nenhum vínculo especial. O primeiro contato político entre eles se deu em 1930 com a nomeação de Juscelino para chefe do serviço de laboratório e pesquisas do Hospital Militar, por Capanema que na época era Secretário do Interior do governo de Olegário Maciel. A indicação foi intermediada por Gabriel Passos, então Secretário Particular do presidente de Minas, cunhado de JK, a pedido de D. Luísa, sogra de Passos e Kubitschek (KUBITSCHKEK, 1974,V.I). O padrinho político e grande amigo de Juscelino Kubitschek, foi Benedito Valadares, que efetivamente o inseriu na política. Devido aos desafetos entre Capanema e Valadares, nomeado por Getúlio interventor do estado de Minas, cargo almejado por Gustavo Capanema (que chegou a ocupá-lo interinamente após a morte de Maciel) os laços entre Juscelino e Capanema permaneceram de natureza apenas política.

---

<sup>14</sup> Não foi encontrada nenhuma documentação deste concurso. No depoimento do já citado professor Radamés, ele desconhece e duvida da existência do mesmo.

“O projeto de Niemeyer representava um sopro de renovação. Mas para a sua execução, impunha-se uma atitude de coragem, de audácia, de visionarismo, que implicasse uma antecipação do futuro” (KUBITSCHEK, 1974,V.II:37).

Sempre preocupado com o desenvolvimento sócio-econômico da capital mineira, cercado de intelectuais e artistas de vanguarda, JK via nas artes um indicativo de progresso. A arquitetura, para ele possuía um destaque especial. *“Mais que a obra literária, mais que a música, a arquitetura espelha, na fisionomia do edifício e da cidade, o grau de civilização de uma época, o apuro de seu gosto plástico.”*<sup>15</sup>

E ia além, para ele, a arquitetura, através de ruínas e monumentos, permitia a perpetuação do *“eco de culturas que, embora extintas, assinalam a sua presença no inexorável desfilar dos séculos e fazem sentir, na sua variedade e opulência de detalhes, que o sonho estético se opõe ao desgaste e à morte, elevando e iluminando o ser humano e imprimindo duração maior à efemeridade do seu destino.”*<sup>16</sup>

Essa afirmação de Juscelino é bastante elucidativa e nos deixa claro o motivo de sua preocupação em erguer obras como Pampulha e Brasília, numa intenção evidente de marcar seu tempo e sua passagem pelo poder, imortalizando seu nome como promotor de “tão grandes” feitos.

No entanto a escolha da vertente moderna para construção de obras públicas, não foi exclusividade de JK. Getúlio Vargas, já fazia uso desta linguagem, como indicativo de uma nova realidade política e sócio-econômica que queria impor ao país.

É bem verdade que essa arquitetura não era unanimidade nas produções do governo Vargas, que variavam com a índole mais tradicional ou mais arrojada do responsável por cada Ministério. Exemplo desta variação é a divergência das linhas utilizadas no Ministério da Fazenda, de feição eclética, contemporâneo ao moderno edifício do Ministério da Educação e Saúde.

As linhas modernas também se destacavam nas edificações ligadas às obras das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões responsáveis pela produção de habitações populares da época. Em 1938, o líder da nação profere um discurso que estimulava o uso de novas soluções para a questão habitacional, que iam de encontro aos ideais modernistas,

---

<sup>15</sup> Palavras de JK no discurso proferido na formatura dos engenheiros - arquitetos pela Universidade de Minas Gerais, a 12 de dezembro de 1951, intitulado “Sentido Estético da Arquitetura”. In: KUBITSCHEK, Juscelino. Realidades, Perspectivas por Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte: Publicação da Secretaria da Educação de Minas Gerais. 1955, p. 73.

<sup>16</sup> Palavras de JK na instalação do III Congresso Nacional de Arquitetura, em Belo Horizonte, a 10 de julho de 1953, intitulado “Arquitetura, reflexo da inquietação individual”. In: KUBITSCHEK, Juscelino. Realidades, Perspectivas por Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte: Publicação da Secretaria da Educação de Minas Gerais. 1955, p. 314.

especialmente aqueles ligados à racionalização dos métodos de construção e projeto de grandes unidades habitacionais.

“Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tornarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, do produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa.” (VARGAS. In: BONDUKI, 1997:99/100).

Recomendações que serão seguidas à risca nas concepções do Conjunto IAPI em Belo Horizonte. A linguagem modernista ganhou espaço na era Vargas e consolidou-se como arquitetura oficial no governo Kubitschek com a construção de Brasília. A arquitetura moderna no Brasil torna-se símbolo do desenvolvimento de uma sociedade hierarquizada e de uma articulação capitalista incipiente, buscando uma identidade própria que muitas vezes foi taxada de formalista.

“A acusação de formalismo é inegavelmente procedente para os arquitetos mais originais como Niemeyer, mas deveria implicar no aprofundamento das causas e possíveis evoluções da experiência brasileira. Constata-se, antes de mais nada que o formalismo surge, (...) em presença de uma organização social fortemente caracterizada – (...) uma sociedade hierárquica e um jovem capitalismo em plena expansão – que exige, por isso, uma representação simbólica apropriada” (BENÉVOLO, 1989:714).

A arquitetura moderna brasileira dificilmente seria tão expressiva em outro contexto político e provavelmente não teriam atingido soluções tão particulares, como Pampulha (1940), Pedregulho (1947), Brasília (1956), entre outras tantas manifestações, que a tornou notória mundialmente. Talvez o aspecto mais interessante que vale questionar não está exatamente no aspecto formal, mas consiste em avaliar a que custos e em detrimento de que essas realizações foram possíveis.

### **Conjunto IAPI de Belo Horizonte - O Bairro Popular**

Apelidado de “prefeito furacão”, JK realmente modificou o cenário de Belo Horizonte através da execução de obras fundamentais para a estrutura da futura metrópole que Belo Horizonte viria a ser. Mas sua afirmação é ufanista, visto que a capital mineira só alcançaria esta condição, de forma ainda incipiente dez anos mais tarde. Dentre suas várias iniciativas também investiu na questão da habitação popular, criando dentre outras iniciativas o Bairro Popular, atual conjunto do IAPI, situado no lugar onde antes se encontrava a favela de maior porte na cidade - a Pedreira Prado Lopes. Construído em parceria com o Instituto de Aposentadoria dos Industriários, o conjunto era moderno enquanto projeto social, arquitetura e imagem. Com capacidade para abrigar 5.000 habitantes, o projeto era composto por 11 blocos verticais, apartamentos mobiliados, oito lojas e uma praça central para esporte e lazer.



Fig. 3 – Proposta para o IAPI, 1941.  
Fonte: CASA, 1941 s/n

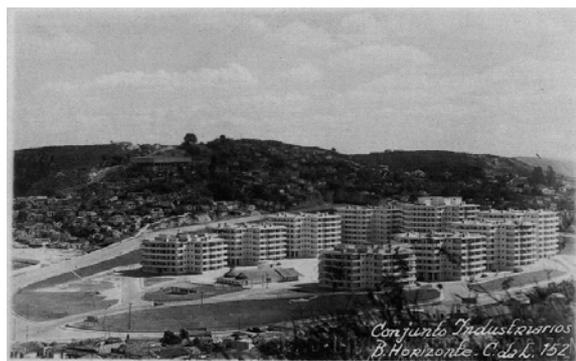


Fig. 4 – Conjunto IAPI (data provável 44/46).  
Fonte: Bilhete Posta, 1998:168

Pela primeira vez na cidade se propõe um conjunto habitacional vertical, anunciado como um “conjunto moderno” e “grande empreendimento” destinado a “resolver um dos mais difíceis e complexos problemas” urbanos – a habitação popular<sup>17</sup>. A proposta era inovadora enquanto projeto urbanístico, devido a sua articulação entre as edificações e os espaços comuns e sua inserção no contexto urbano; forma arquitetônica, por utilizar a solução vertical e linhas modernas; e forma de parcelamento do solo, já que a divisão do terreno não estava mais vinculada a uma única unidade habitacional.

O conjunto foi uma iniciativa conjunta da prefeitura Municipal da cidade, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) e a Companhia Auxiliar de Serviços de Administração (CASA) sediada no Rio de Janeiro. O contrato, datado de 29 de novembro de 1940, determinava a responsabilidade de cada uma das partes para a realização do empreendimento. À prefeitura cabia a doação do terreno e a urbanização da área, dotando-a de rede de esgoto, de água, telefônica e elétrica, assim como possibilitar o transporte urbano, na época o bonde. Ao IAPI cabia o financiamento e fiscalização da obra. E a CASA seria responsável pelo anteprojeto, o projeto executivo, assim como a execução e fiscalização da obra.

As obras tiveram início em 1944 e o conjunto foi inaugurado oficialmente duas vezes, em 1º de maio (dia do trabalhador) nos anos de 1947 e 1948, no entanto os primeiros moradores só puderam se mudar em 1951<sup>18</sup>, quando, enfim, a construção ainda incompleta, oferecia condições de habitabilidade.

Construído sobre parte da favela Pedreira Prado Lopes, o conjunto deveria resolver o problema de moradia de tal parte da população belorizontina. No entanto, os moradores

<sup>17</sup> Dados retirados da publicação feita pelo Rotary Club de Belo Horizonte no 46º aniversário da cidade em 1943 – “**Belo-Horizonte na Palavra do Prefeito Juscelino Kubitschek**”.

<sup>18</sup> Depoimento de moradores antigos do conjunto (1997)

foram relocados e os apartamentos construídos destinados aos contribuintes do Instituto, aos funcionários da Prefeitura Municipal e a ex-combatentes da II Guerra Mundial.

Os IAPs já vinham desenvolvendo uma política habitacional em todo o país desde 1937, através da reversão dos fundos de pensão de seus associados para a construção de casas populares. O IAPI teve destaque na estruturação e concretização deste tipo de iniciativa.

As diretrizes das concepções técnicas, inspiradas no movimento moderno estavam se formando dentro dos IAPs na época do projeto deste conjunto. Segundo Bonduki (1997), para realizarem intervenções bem estruturadas, tais institutos criaram seções especializadas de engenharia e projeto que se consolidaram entre 1946 e 1950. No entanto, já em 1938 o arquiteto responsável pela normatização, fiscalização e aprovação de alguns projetos dos IAPs, escreveu um livro defendendo alguns pontos básicos que deveriam ser seguidos na projeção de conjuntos habitacionais: segregação dos conjuntos do traçado urbano existente; preferência para a construção em blocos; altura limitada dos blocos; pilotis; duplex; construção racionalizada e autarquia dos conjuntos; articulação dos conjuntos com planos urbanísticos; e entrega da casa mobiliada racionalmente.

O conjunto realizado na capital mineira irá antecipar, já em 1941, em sua concepção vários destes pontos. A construção foi proposta em bloco com altura limitada, racionalizada, apartamentos mobiliados, segregada do traçado urbano, oito lojas para comércio e serviços que atenderiam o conjunto e uma grande praça central destinada ao esporte e lazer dos moradores. Portanto o IAPI de Belo Horizonte será uma das primeiras, se não a primeira, proposta com tal complexidade nos moldes modernistas, se tornando importante elemento de pesquisa para a adoção de tais princípios na construção de conjuntos habitacionais patrocinados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Ele será um dos primeiros reflexos do discurso proferido por Getúlio Vargas em 1938 (já citado), que estimulava o uso de novas soluções para a questão da habitação popular no Brasil, que iriam dar de encontro com os ideais modernistas.

Além de ter sido o primeiro conjunto vertical, numa época em que a verticalização da cidade ainda era incipiente, foi também a primeira proposta voltada para a habitação popular com tão grande porte. A opção para a verticalidade do conjunto foi justificada pela economia que o partido adotado proporcionaria, através da multiplicação do número de unidades construídas num mesmo terreno, que segundo os cálculos dos projetistas comportaria apenas cerca de 150 lotes de 360 m beneficiando em torno de 1.000 pessoas caso se optasse pela casa isolada. No memorial justificativo do anteprojeto também é colocado a receita anual comparativa que a prefeitura teria com o empreendimento: no caso de habitações unifamiliares o rendimento seria em torno de 80 conto de réis ao ano, já no caso

do conjunto multifamiliar esta passaria para cerca de 90 contos de réis ao ano e acrescentavam “(...) o seu lucro indireto será evidentemente muito superior, sob qualquer ponto de vista, inclusive o financeiro” (CASA, 1941:5). Na nova estrutura de parcelamento do solo, o lote convencional deixa de existir, o que se encontra é uma grande área cuja definição dos limites do que é público e do que é privado é diversa daquela existente nos conjuntos de casas unifamiliares, a idéia de vila e rua desaparece, institui-se a fração ideal do terreno. Esta inovação também será importante, influenciando, posteriormente, modificações no código de obras e nas posturas municipais que legislavam sobre a questão da ocupação do solo.

A proposta arquitetônica foi fortemente influenciada pelos modelos europeus podendo ser tratada como uma releitura brasileira dos conjuntos habitacionais europeus, construídos no período entre guerras, principalmente os Siedlungs alemães e Hofs austríacos.



Fig. 5 – Bruchfeldstrassa, Frankfurt (1925) Projeto urbano de May e Rudloff.  
Fonte: FRAMPTON, 1997:166.

Racionalista, o resultado estético do conjunto deriva da funcionalidade de seus espaços, há uma intenção explícita no rebatimento direto entre a solução da planta e a resolução da fachada, o que é explicitado no memorial do anteprojeto: “A composição dos pavimentos e edifícios foi feita como uma resultante quase obrigada da planta das unidades residenciais” (CASA, 1941:15). A ortogonalidade e a clareza das linhas determinam a arquitetura do conjunto. Os blocos verticais, escalonados, dispostos em torno de uma praça central determinam uma nova estética urbana. Os volumes são similares, quadrados, robustos, com pátios internos e varandas externas que movimentam o conjunto. Passarelas interligam os edifícios entre si e à avenida José Bonifácio em seu ponto mais elevado, facilitando a circulação e o acesso aos pavimentos superiores. Os blocos foram projetados de forma a permitir distintas combinações no tamanho dos apartamentos: duas unidades de dois

quartos, uma de um quarto e outra de três ou um único apartamento de quatro quartos, conforme a necessidade do usuário. Houve uma grande preocupação com os fluxos e funções da casa, buscando-se o aproveitamento máximo dos espaços, inclusive com a projeção do mobiliário interno.

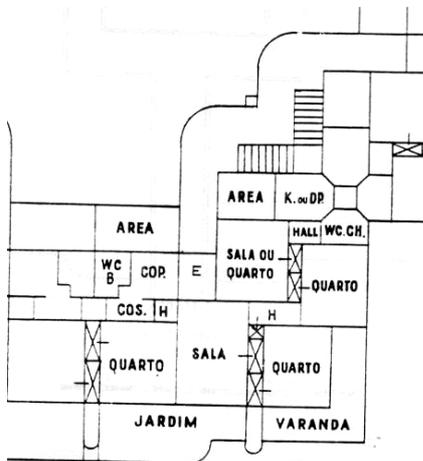


Fig. 6 – Planta apartamento do IAPI.  
Fonte: CASA, 1941 s/n



Fig. 7 – Um dos edifícios do IAPI na época da construção.  
Fonte: Revista Arquitetura e Engenharia, 1947: N° 6:10

No contexto da política urbana da época, o IAPI significou o contraponto das intervenções propostas para a Pampulha, expansão qualificada da cidade. Era necessário um projeto voltado para os problemas de habitação popular que já eram sérios na jovem capital.

Como afirmou Juscelino no discurso feito no contrato que assinou com o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários para a realização do Bairro Popular destinado à moradia das classes menos favorecidas economicamente da cidade:

“A atenção que demos à criação do bairro residencial da Pampulha tinha de ser contrabalançada, em respeito à solução do problema dos bairros populares, cuja importância na vida de uma capital, é óbvio insistir, se sobrepõe ao interesse, ou pelo menos, o iguala que devem encontrar dos governos os núcleos de vivendas das classes mais favorecidas.” (KUBITSCHEK. 1942:76)

Diante destas afirmações nota-se claramente que a iniciativa de construir o Bairro Popular, não foi apenas um passo na modernização da cidade, nem somente a solução de uma questão social, foi também uma questão política, visto que seria inconcebível se investir tanto dinheiro na realização de um complexo turístico destinado à burguesia belorizontina e ao papel maior de símbolo indelével de uma administração por parte do poder público sem haver nenhum tipo de iniciativa de cunho social.

Por outro lado, dada a sua localização o conjunto se insere na construção da imagem moderna da capital mineira sob a administração de JK. A inovadora proposta urbanística dispunha os blocos em U em volta de uma grande praça, se abrindo em perspectiva para a avenida Pampulha (aberta na época para dar acesso ao novo complexo de mesmo nome),

atual Antônio Carlos, no ponto em que esta fazia uma grande inflexão. A escala da intervenção era monumental, tornando-se um símbolo da modernidade belorizontina. Num ponto de extrema visibilidade, onde anteriormente havia uma favela no caminho para a Pampulha se constrói um moderno conjunto habitacional, removendo a população local. Dissimulado por um discurso de cunho social e progressista, o Conjunto IAPI em Belo Horizonte serve a persuasão ideológica, numa intervenção que oculta e disfarça os conflitos e desigualdades sociais já evidentes na cidade, em prol da exaltação do brilho de “ilhas” de uma pseudo-modernidade. A arquitetura mais uma vez é utilizada como expressão de um ideal e de uma mensagem a ser impressa na paisagem urbana. Símbolo de poder, determina o caráter da urbe, e é manipulada conforme os interesses dominantes. Fica evidente no caso do IAPI, como em tantas outras obras no país, não menosprezando suas importantes contribuições, a ambigüidade das intenções que motivaram tais intervenções e o papel da arquitetura moderna na era Vargas, como propaganda promocional do poder público, utilizada da mesma maneira por Juscelino Kubitschek.



Fig. 8 – Vista panorâmica do Conjunto IAPI em 1955.  
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

## Referências Bibliográficas:

- ÁVILA, Cristina. **Guinard, as gerações pós-Guinard e a consolidação da modernidade**. In: Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1997.
- Bello Horizonte: bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho**. Belo Horizonte: Centro de estudos históricos e Culturais Fundação João Pinheiro, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- BOMENY, Helena Baisquet. **Guardiães da Razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- BONDUKI, Nabil. **Habitação Social e Arquitetura Moderna: Os Conjuntos Residenciais dos IAPs**. In: CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes e OLIVEIRA, Olívia Fernandes de. (Re)discutindo o Modernismo. Mestrado em arquitetura e urbanismo da UFBA, Salvador, 1997.
- CASA, Companhia Auxiliar De Serviços De Administração. **Anteprojeto do Bairro Popular**, 1941.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchôa. **Urban reconstruction and autocratic regimes: Ceausescu's Bucharest in its historical context**. E & FN Spon Planning Perspectives, 1997, n° 12, pp. 71-109. CHACAM, Vera. **A memória urbana entre o panorama e as ruínas**. in: BH Horizontes históricos. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.
- FABRIS, Annateresa. **Fragmentos Urbanos: representações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GOMES, de Marco Aurélio F & LIMA, Fábio José M. **"A cidade como referência; pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte na primeira metade do século"**. In: LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil 1895 –1965. São Paulo: Studio Nobel; FAAUSP; FUPAM, 1999.
- HARDY. In: **Belo Horizonte Completou 50 Anos**. Belo Horizonte. Revista Social Trabalhista. 1947.
- HARDY. In: **Revista Arquitetura e Engenharia**. Belo Horizonte. Número 1, 1946
- KUBITSCHEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília: A experiência da humildade**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, vol. I.
- KUBITSCHEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília: A escalada política**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, vol. II.
- KUBITSCHEK, Juscelino. **Realidades e Perspectivas por Juscelino Kubitschek**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1955.
- KUBITSCHEK, Juscelino. **Belo Horizonte na Palavra do Prefeito Juscelino Kubitschek**. Belo Horizonte: Rotary Club: 1943.
- Prefeitura de Belo Horizonte. **BH Centro. Termo de Referência**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1989.
- Prefeitura de Belo Horizonte. **Relatório dos Exercícios de 1940 e 1941**. Belo Horizonte, 1942.
- RIBEIRO, Marília Andrés & SILVA, Fernando Pedro de. **Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: C/ Arte: Fundação João Pinheiro. Centro de estudos Históricos e Culturais, 1997.
- SIMÕES, Josanne Guerra. **Sirênico Canto: Juscelino Kubitschek de Oliveira e a construção de uma imagem: 1932- 1955**. Belo Horizonte: dissertação de mestrado em história da UFMG, 1995.
- SOUZA, Renato César José de. **A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 5: Utopia e transgressão**. In: CASTRIOTA, Leonardo. **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- TEIXEIRA, Carlos M. **Em Obras: História do vazio em Belo Horizonte**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.